

Rádio Comunitária **O QUE É ?**

1

A Rádio Comunitária em África: Uma perspectiva histórica

Em 1985, havia pouco mais de 10 estações independentes em toda África. Na década que se seguiu, o continente foi abalado por uma mudança política e social rápida e profunda. Como reflexo dessa mudança, em 1998, surgiram centenas de estações de rádios independentes e comunitárias.

A rádio rural existe há já 30 anos e tornou-se conhecida como a voz do povo. Com as rádios, grupos de agricultores foram organizados para se encontrarem na casa uns dos outros a escutar as radiodifusões, a estudar um documento e a discutir problemas específicos com vista a uma acção conjunta para a resolução dos mesmos. Em 1964, com o apoio da Unesco e da Cooperação Canadiana, 40 tabancas estavam envolvidas numa experiência, cujo sistema foi adoptado e em 1973 envolvia cerca de 400 grupos no Ghana, Zâmbia, Malawi e Nigéria.

A rádio rural é, por vezes, posta em causa por não ser a representação adequada da voz do povo, quando está sob o controlo governamental, lhe faltam recursos para assegurar a continuidade da sua existência e quando não tem nenhum verdadeiro compromisso político por de trás da sua constituição.

A escuta de rádios clube é também um passo na direcção participativa que envolve os membros do clube na expressão das suas ideias e problemas, os quais são apresentados nos programas de radiodifusão. Os clubes de escuta encontram-se a funcionar no Zimbabwé e há planos de algumas organizações internacionais e regionais para os introduzir em Angola, Zâmbia, Malawi e noutras parte da África do Sul onde as rádios comunitárias ainda são poucas.

Várias iniciativas foram implementadas como fazendo parte dum programa político de desenvolvimento e descentralização rural. Pouco depois da independência de Moçambique, o Instituto de Comunicação Social, um organismo governamental apoiado pela UNICEF, iniciou a produção de programas rurais de rádio através do país para radiodifusão na rádio nacional. Nos países da África Ocidental de expressão francesa, outras estações rurais de rádio (diferentes das de escuta de rádio clubes) foram estabelecidas mais recentemente, através dum programa da ACCT e da cooperação governamental canadiana.

Embora estes exemplos tenham sido tentativas para descentralizar a radiodifusão e torná-las mais centradas no povo, vários tipos de pressões tornaram impossível a sua sobrevivência ou a criação da transformação social de que tanto carecem as sociedades africanas para a sua modernização no processo de desenvolvimento.

Desde então, o movimento da rádio comunitária tem-se desenvolvido rapidamente em África, com redes de trabalho organizadas a nível nacional, incluindo Burkina Faso, Kénia, Mali e África de Sul. As estações de rádio com base comunitária surgiram em muitos outros países em África tal como Benin, Burundi, Republica Democrática de Congo, Gâmbia, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Namíbia, Ilha de Reunião e Senegal.

Na primeira Conferencia Pan-Africana, “Ondas para uma África pluralista”, realizada em Cotonou, Benin, em 1992, foi criada a Rede de Trabalho de Radiodifusores da Rádio Comunitária em África. Uma outra conferência Pan-Africana das rádios comunitárias realizou-se em Joanesburgo, África de Sul, em Maio de 1997, onde estiveram presentes cerca de 150 participantes vindos de mais de 20 países africanos.

2

O que é uma “Comunidade” ?

**Um grupo geograficamente baseado
e ou
Um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou
específicos.**

Em relação à rádio, o termo comunitária refere-se a um colectivo ou a um grupo de pessoas que partilham caracteres ou interesses comuns.

O termo “comunitário” pode ser definido como sendo, por exemplo, **uma comunidade** do seguinte tipo:

- ◆ A comunidade de Bafatá, no leste do país, baseada em fronteiras geográficas dentro do sector de Bafatá;
- ◆ A comunidade urbana de Cuntum, incluindo todos os residentes no bairro do mesmo nome, em Bissau;
- ◆ O termo “comunitário” pode ser mais específico e designar toda a população envolvida num programa de desenvolvimento, abarcando vários sectores geográficos ou zonas de intervenção desse projecto;
- ◆ No mesmo sentido, uma comunidade de trabalhadores ou de mulheres horticultoras ou de pescadores de uma dada zona geográfica;
- ◆ Ou ainda, a juventude de Bissau forma uma comunidade específica de jovens, numa área determinada geograficamente.

No entanto, os interesses comuns de uma comunidade específica tornam-se muito flexíveis, podendo ser de carácter social, sectorial, secular, político, económico, cultural, etc.

Uma “**Rádio Comunitária**” pode ser uma destas estações de rádio:

- ◆ Radio **Lamparam**, de Iemberem: rádio da comunidade dos residentes na zona ecológica do Parque Natural de Cantanhez;
- ◆ Rádio **Titijene**, de Suzana: rádio de uma comunidade de pessoas católicas;
- ◆ Rádio **Papagaio**: rádio da comunidade dos residentes no sector de Buba;
- ◆ Rádio **EVA** de Suzana: rádio da comunidade dos estudantes da escola de verificação ambiental da tabanca de Suzana;
- ◆ Rádio **Renaj**: rádio comunitária dos jovens da cidade de Bissau;
- ◆ Rádio **Djalicunda**: rádio da comunidade constituída por todas as associações de agricultores membros do Kafo, na região de Oio;
- ◆ Rádio **Antula Bono**: rádio da comunidade dos moradores no bairro de Antula, em Bissau.

Pode acontecer que, num dado país, haja o mesmo número de estações de rádio comunitária que comunidades existentes. Na prática, no entanto, alguma legislação restringe a diversidade de comunidades com direito a licenças de rádio comunitária, sendo o caso mais comum a exclusão dos partidos políticos.

3

Formas de Rádio Comunitária participativa

“ A rádio comunitária, a rádio rural, a rádio de cooperativa, a rádio participativa, a rádio livre, a rádio alternativa, a rádio popular, a rádio educacional (...) estão localizadas em aldeias rurais isoladas e no centro das maiores cidades do mundo. Os seus sinais podem só chegar a um quilómetro, abranger um país inteiro ou ser transportados via ondas-curtas para outras partes do mundo ”

(AMARC)

O surgimento de rádios comunitárias é muitas vezes o resultado de várias experiências repressivas em diferentes comunidades. Por exemplo:

- ◆ Por vezes na Europa, Austrália e América do Norte, grupos minoritários tais como indígenas, emigrantes, refugiados ou comunidades negras foram marginalizados pela corrente dominante dos *media* e passaram a usar a rádio comunitária como um utensílio para realçar os seus direitos e abordar assuntos que dizem respeito aos seus interesses;
- ◆ Na África do Sul, as leis do apartheid faziam com que a maioria dos cidadãos fossem desfavorecidos e marginalizados no interesse da maioria branca. O regime de apartheid até fez uso da Corporação de Radiodifusão Sul Africano como monopólio para controlar a indústria dos *media*. Isto provocou lutas desenvolvidas pelas forças progressistas que levaram à criação de rádios comunitárias como utensílios para a afirmação e o desenvolvimento de grupos comunitários a partir da maioria historicamente desfavorecida. Outros grupos minoritários também viram na rádio comunitária uma vantagem para a sua comunicação e começaram a juntar-se ao movimento;

- ◆ Na América Latina, a rádio comunitária tornou-se a voz dos pobres e dos sem voz (camponeses sem terra, habitantes de favelas e bairros de caniço, nações indígenas empobrecidas, sindicatos, etc.) e aquela “Rádio Popular” serve também como utensílio para o desenvolvimento.

Como se referiu nos exemplos anteriores, a filosofia histórica da rádio comunitária é a de usar este meio como a voz dos que não têm voz, a boca do povo oprimido (seja com base racial, de género ou de classe) e geralmente como utensílio de desenvolvimento.

4

Outras formas de rádio participativa para o desenvolvimento

clubes comunitários de escuta existem a funcionar no Kénia, Zimbabué e África do Sul e a popularidade adquirida nas áreas onde não há estações de rádio comunitária ainda não foi estabelecida

Os membros destes clubes são maioritariamente mulheres, juntam-se num local central e escutam um programa de meia hora fazendo o uso dum gravador–rádio portátil. Depois, os membros debatem a emissão e o debate é gravado numa cassette do receptor. As mulheres também podem levantar quaisquer outras questões que as preocupem, as quais são gravadas da mesma forma. São elas que estabelecem a agenda e a coordenadora é meramente uma facilitadora. A coordenadora visita cada clube periodicamente, recolhe as cassetes e restabelece o seu fornecimento. De volta à estação de rádio, a coordenadora escuta as gravações, identifica os radialistas ou pessoas que devem responder ao conteúdo da gravação e faz a compilação num programa que será radiodifundido com as respostas a serem dadas.

No Zimbabué, o projecto tem tido muito sucesso, conduzindo a iniciativas viáveis como clubes de poupança, construção de vedações de quintais para a produção de lácticos, mercado de jardinagem, produção de manteiga de mancarra e reflorestação usando árvores locais em vez de árvores exóticas.

“ a rádio abre o discurso tradicional africano a novos espaços, para a conquista do tempo, para renovar laços de amizade. A fala torna-se assim um componente que constitui o mundo. Não seria de admirar, então, que uma vez que a população exige os seus direitos mais básicos, a rádio se torne num sinal dos novos tempos, apesar do facto de que os tempos antigos não parecem ter ficado completamente para trás. (...) A rádio, promotora duma escola de línguas Nacionais, duma escola técnica baseada na experiência africana: a rádio, educadora e reforçadora das vozes das mulheres tantas vezes caladas, não deveria ficar na utopia, mas antes numa estratégia efectiva no ar.”

Eugéne Aw., AMARC, Senegal, 1995

O projecto tem desmisticado a radiodifusão, facilitando a participação popular na programação e permitindo aos membros do clube a comunicação directa com os líderes políticos, em vez de ficar à espera das suas visitas ou da dos funcionários administrativos, para enviar as suas mensagens.

O Poder da Rádio

A comunicação é central para o sucesso do desenvolvimento e da democracia. E a rádio comunitária é um utensílio fundamental na comunicação a qual é fácil de utilizar e de manter.

A rádio é o “*mass media*” de comunicação mais acessível e é um meio de comunicação particularmente efectivo nas comunidades onde a maioria das pessoas não sabe ler e escrever. Em contrapartida, sabem falar e ouvir bem. Os seus ouvintes são muito mais numerosos do que os leitores dos jornais e espectadores da televisão, em particular nos países em desenvolvimento.

Tecnicamente, os custos de produção são significativamente inferiores aos da maioria das publicações comunitárias ou do vídeo comunitário. Para além disso, a sua recepção é mais fácil e mais acessível do que a do vídeo ou televisão comunitária, e põe de lado o pesadelo da distribuição das publicações comunitárias.

A rádio comunitária pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento e democratização, através:

- ◆ da possibilidade que dá às comunidades de fazerem ouvir as suas próprias experiências e de examinar, de forma crítica, assuntos, processos e programas políticos que afectam as suas vidas, e
- ◆ de educar e mobilizar as comunidades envolvidas em iniciativas de desenvolvimento e estratégias que vão resultar numa vida melhor para os ouvintes (educação de eleitores, SIDA, governação local, questões de género, construção da paz, problemas ambientais, etc.).

A rádio pode ser muito poderosa, podendo também agir em detrimento das pessoas a quem deseja servir. Nós vimos no Ruanda que uma estação de rádio contribuiu enorme e criminosamente para a tragédia que atingiu todo o país (Rádio Mille Collines). Para evitar o uso dos media na violação dos direitos humanos, os radialistas comunitários e os activistas dos direitos humanos estão a preparar a nível internacional uma Carta Popular da Comunicação que fornece princípios de orientação para prevenir abusos potenciais.

A indústria da radiodifusão

A radiodifusão está dividida em pública, comercial e comunitária.

A rádio comunitária incide juridicamente na categoria de radiodifusão comunitária. Refere-se a estações de rádio cuja propriedade e controlo são garantidas por uma comunidade definida seja geograficamente ou por interesses comuns.

- ◆ **Rádiodifusão pública** refere-se ao serviço de rádiodifusão providenciado por um corpo estatutário, geralmente financiado pelo Estado mas de propriedade pública, a qual significa que é administrado independentemente do governo e o seu orçamento é determinado através do parlamento.
- ◆ **Rádiodifusão comercial** é um serviço de rádiodifusão privada com fins lucrativos e controlo privado por grupos comerciais independentes ou individuais.
- ◆ **Rádiodifusão comunitária** refere-se a um serviço de rádiodifusão não lucrativa, sendo a posse e o controle feito por parte duma comunidade particular sob uma associação, sociedade fiduciária ou fundação. Em alguns casos pode ser propriedade organizações não governamentais que trabalham nas comunidades.

Os direitos de rádiodifusão em qualquer sociedade são concedidos pelo “regulador de rádiodifusão nacional” que, em alguns países, é o Conselho Audiovisual da Comunicação Social, instituição responsável pela aplicação das leis de rádiodifusão nacional, definição das frequências e atribuição das licenças e que regula o desenvolvimento geral da indústria de rádiodifusão. Este organismo regulador emite licenças e atribui frequências que constituem o direito para uma rádiodifusão legal.

“ É preciso fazer-se distinções entre os media do Estado, os que pertencem ao sector privado e aqueles que têm um mandato comunitário. Em muitos países pobres de África, a liberalização das ondas muitas vezes envolve muitos riscos tais como o acesso aos media por parte de grupos com recursos financeiros substanciais, desejando influenciar a opinião pública através da manipulação de programas e de notícias. Os media de Estado nem sempre estão preparados para assumir o papel de mudança inspiradora e criativa, e contribuem muito pouco para a interacção entre o público e os media – a qual deve ser restaurada. É esta a vocação dos media, e em particular, da rádio comunitária: conceber programações visando as preocupações imediatas e as aspirações profundas dos seus potenciais ouvintes. As estações de rádio comunitária oferecem uma esperança nova e podem abrir novos horizontes para a liberdade. Podem ainda dinamizar o desejo de agir e acima de tudo, organizar para a mudança.”

Amadou Mahtar Mbow – ex Director-Geral da UNESCO

7

Propriedade e Controlo

A propriedade e controlo da rádio comunitária são geralmente os aspectos mais importantes e discutíveis na definição de uma estação deste tipo. Isto pode ser resolvido pelas comunidades ao realizarem encontros públicos e livres onde a direcção da estação é eleita no quadro de um Conselho de Administradores ou de Gestores fiduciários ou de um Comité Coordenador.

A direcção toma decisões entre as reuniões gerais anuais dos membros da Rádio, as quais são assembleias de tomada de decisões supremas. A direcção representa os interesses da comunidade no controlo das actividades diárias da estação e assegura que as políticas e regras que guiam a administração diária sejam desenvolvidas, de forma a reflectirem os interesses da comunidade cuja estação ela serve.

Os líderes eleitos estarão sujeitos à reeleição depois dum período (geralmente de um ou dois anos) a ser decidido pela comunidade na sua Assembleia Geral Anual. Se estes não cumprirem devidamente com as suas tarefas, não deverão ser reeleitos e, antes pelo contrário, substituídos por outros representantes da comunidade.

8

Aspectos não lucrativos

Uma questão central na definição duma rádio comunitária é que ela deva ser registada ou como uma organização sem fins lucrativos ou como propriedade duma organização registada enquanto entidade não lucrativa. Por exemplo:

- ◆ A rádio comunitária ser propriedade de uma Associação Cultural, de Comunicação ou de Desenvolvimento, a qual está registada como uma associação sem fins lucrativos;
- ◆ A rádio comunitária ser registada como uma organização não lucrativa.

Isto significa que a estação de rádio comunitária não é administrada como um instrumento/projecto para fins lucrativos mas antes como um meio de comunicação para a comunidade, essencialmente para servir essa comunidade.

“será que nós trabalhamos só para benefício próprio ou para melhorar as condições sociais e a qualidade cultural da vida do povo nas nossas comunidades? As estações de rádio comunitária não procuram lucros, mas sim providenciar um serviço à sociedade civil. Um serviço que tente influenciar a opinião pública, criar consenso, fortalecer a democracia e acima de tudo criar comunidade – eis o princípio de uma rádio comunitária.”
José Ignacio López Vigil, Coordenador Regional da AMARC para América Latina.

Este requisito não lucrativo, não significa que a estação de rádio não possa ser gerida com espírito empresarial, nem gerar um rendimento comercial (por exemplo, através de clientes publicitários).

Isto também não significa que a estação de rádio não possa gerar excedentes financeiros para além das suas despesas básicas (ou seja: um excedente: rendimento em excesso numa organização não lucrativa não pode ser designado como “lucro” mas antes um “excedente”). Tal significa que qualquer excedente de rendimento gerado terá de ser **reinvestido** no projecto, ser gasto ou investido para o desenvolvimento da estação.

Numa organização não lucrativa, não existem proprietários individuais nem accionistas. A comunidade é que, colectivamente é proprietária do projecto e que decide, na sua Assembleia Geral Anual, como gastar o excedente. Por isso, este nunca deve ser distribuído aos membros voluntários ou do pessoal da estação como “gratificações”, nem de modo algum será considerado como “parte lucrativa” entregue a accionistas de negócios comerciais.

Participação Comunitária

Outro aspecto muito importante da rádio comunitária é a participação comunitária, para garantir que a comunidade seja de facto a proprietária e controladora da estação.

Os mecanismos e as estruturas para alcançar isto dependem das várias contribuições criativas e dos modelos das diferentes estações. O que é importante é que haja um envolvimento consistente e de várias formas por parte dos membros da comunidade e que tal seja o reflexo dos interesses da comunidade a quem serve.

A participação comunitária assegura aos membros da comunidade o envolvimento na administração da estação, através das seguintes actividades:

- » ***eleição da direcção (Conselho de Administração ou Gestores da Sociedade Fiduciária),***
- » ***elaboração das políticas e regras para a estação,***
- » ***administração da estação,***
- » ***selecção e provisão da programação,***
- » ***produção de programas,***
- » ***representação externa da estação, etc.***

Por exemplo:

- ◆ Algumas estações têm “**grupos de voluntários**” saídos da comunidade, que planificam a programação, a produção, fazem a recolha de fontes noticiosas, fornecem apoio na administração, contribuem para a elaboração das políticas, desenvolvimento e planeamento. Estas actividades são assumidas por um coordenador que geralmente tem assento no Comité de Gestão ou no Conselho de Administração.
- ◆ Outras estações têm “**fóruns livres**” que se realizam mensalmente ou de dois em dois meses, onde a equipa de administração apresenta um relatório sobre as actividades. Os membros da comunidade depois partilham ideias e fazem recomendações para que a administração ou o Conselho de Administração decida ou implemente.
- ◆ Noutros casos, as estações têm “**grupos voluntários**” e “**fóruns livres**”.
- ◆ Outras estações têm “**Clubes de Ouvintes**” onde os ouvintes podem criticar a programação e sugerir ideias para programas.
- ◆ Geralmente, realiza-se uma grande Assembleia Geral Anual de membros onde os relatórios são apresentados, realizam-se eleições, uma visão ou plano é elaborada para a estação, etc.. Geralmente isto envolve a maioria dos membros da comunidade que se apropriam e controlam a estação.
- ◆ Nalgumas estações, tanto os membros comunitários individuais como as ONG ou outras organizações comunitárias têm direito a voto. Os membros individuais, se existirem, têm menos votos do que as organizações que representam o povo.

“A maior participação comunitária deveria ser alcançada não só ao receber informação, mas ao fornecer a informação que a comunidade requer.”

Heloise Henning e Eric Louw, DBSA,
Perspectivas sobre Comunicação e Desenvolvimento, Janeiro 1996

10

Rádio Comunitária e Financiamento

O financiamento para os serviços de radiodifusão comunitária inclui uma série de fontes, tais como doações, quotização de sócios, eventos para angariação de fundos, subsídios, patrocínios, rendimento publicitário, etc.. Tal variedade de fontes de rendimento é de importância vital para a viabilidade e sustentabilidade de qualquer rádio comunitária.

“Todo o financiamento deve ter como objectivo encorajar o pluralismo bem como a independência. Como consequência, os media públicos devem ser financiados simplesmente onde as autoridades garantam uma informação e expressão constitucionalmente livre e efectiva, bem como ainda a independência da imprensa.”

UNESCO. Texto básico 89-95 na declaração de Windhoek (19), 1989-1995

Nalgumas estações localizadas em zonas rurais ou em áreas com pouco ou nenhuma capacidade económica para sustentar a estação, o rendimento auto-gerado (publicidade, quotas, patrocínios locais) pode não cobrir todas as necessidades da estação, podendo requerer montantes suplementares através de apoio financeiro e ou de material, por parte de organizações nacionais doadoras (Igrejas, organizações de solidariedade social, sindicatos, grandes associações vocacionadas, fundações ou agências para o apoio ao desenvolvimento).

Nestes casos, o governo nacional pode também subsidiar a estação sem pré-condições (financiamento mas sem controlo) . Isto torna-se possível pela Lei do Parlamento que deve assegurar de forma clara que o governo permite aos radiodifusores públicos e comunitários sejam independentes.

O Capítulo 3 oferece ideias práticas e exemplos sobre a sustentabilidade financeira e a angariação de fundos para a rádio comunitária.

11

O que a Rádio Comunitária não é

A rádio comunitária define-se em três aspectos:

- » **Fins não lucrativos!**
- » **Propriedade e controlo comunitários!**
- » **Participação comunitária!**

No entanto, subsistem dúvidas. Há algumas estações de rádio iniciadas pelo Estado cujos serviços envolvem as comunidades. De igual modo, há estações privadas de rádio que servem ou envolvem as comunidades e podem ou não ter fins lucrativos.

12

Rádio Rural e Rádio Comunitária

Em muitos países africanos, tem-se notado algum controlo governamental sobre as estações de rádio rural, que têm dominado a indústria da rádio difusão num dado momento da história da radiodifusão africana. No entanto, estas são por definição rádios governamentais com o objectivo de servir as comunidades rurais.

“as rádios rurais têm um papel de acompanhar a informação e o treino das actividades conduzido pelo desenvolvimento de serviços técnicos. Estas também rompem muitas formas tradicionais de acesso e radiodifusão de mensagens, e favorecem a relação de comunicação interactiva, junto das populações rurais.”

Rede dos doadores apoiando os medias africanos. Copenhague, 1997

As estações de rádio rural constituem, muitas vezes, meios de comunicação extremamente deficientes entre os governos e a população rural. Em muitos casos, estas estações produzem bons resultados em termo de fornecer um serviço informativo às populações.

“Estabelecida em 1976, a rádio rural acabou por ser o orgulho de camponeses congolezes para quem ela representava o único meio de expressão dentro dos matos da África central”.

Community Media News, Issue, Janeiro – Março 1997

Embora algumas comunidades ainda apreciem tais estações, outras sentem que estas concedem muito pouco acesso e controlo às comunidades rurais, mesmo sem serem canais de propaganda governamental.

O objectivo aqui não é o de julgar os méritos destas opiniões, positivas ou negativas, mas de afirmar que as rádios rurais governamentais não são estações de rádio comunitária.

13

Rádio privada e independente

A recente liberalização das ondas permitiu, em muitos países, a criação de estações de rádio privadas, não existindo, nalguns casos, uma separação clara entre os sectores público, comercial e comunitário. A liberalização manifesta-se só por uma abertura para a criação de estações de rádio privadas.

Nalguns casos, como em Angola e África do Sul, as rádios comerciais também surgiram a partir do sector da transmissão estatal, as quais foram privatizadas e vendidas a indivíduos ou a empresas. Esta tendência já foi considerada como uma contribuição em direcção ao processo de democratização, mesmo sabendo que elas foram privatizadas com o objectivo de reduzir as despesas do Estado.

Contudo há estações de rádio comercial/privada que servem a comunidade ao pôr no ar programas ao serviço da comunidade, particularmente nos países onde a lei ainda não permite a criação de rádios comunitárias.

***A diferença entre este tipo de estação e as estações comunitárias é que os compradores de tais estações têm os direitos de controlo exclusivo, os quais excluem os seus gerentes, pessoal e ouvintes.
Se a comunidade a quem serve tem um problema com essa estação, não há qualquer hipótese de se poder resolvê-lo dentro das estruturas da estação. Só a confrontação pode modificar a visão da estação.***

Mesmo quando à comunidade é concedida algum tipo de acesso ou participação dentro duma estação privada, ainda não pode reclamar qualquer direito sobre essa mesma estação. Legalmente, os direitos são exclusivamente reservados ao proprietário individual ou accionista individual dessa estação privada.

Assim pode-se dizer que ela nunca será uma rádio comunitária.

